



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Promover a fiscalização das plataformas de *takeaway* e lançar medidas de apoio ao sector da restauração

Nos últimos dias, surgiu nas redes sociais um grupo intitulado "Encerramento de todas as portas de Macau", no qual muitos cibernautas partilham informações sobre o encerramento de estabelecimentos comerciais em diversas zonas de Macau e as lojas que se encontram por arrendar. Segundo um dos vídeos, há uma rua curta com mais de 20 lojas desocupadas e por arrendar, situação cuja gravidade duplicou em comparação com 2023, altura em que havia apenas uma dezena destas lojas. A situação é triste e preocupante, uma vez que o sector da restauração e os sectores envolventes são fonte de subsistência de dezenas de milhares de famílias, portanto, o Governo não pode fazer orelhas moucas a esta situação.

Face à integração das duas regiões, e com o aumento das facilidades de passagem das fronteiras, a queda da economia, e a redução dos rendimentos dos cidadãos, entre outros factores, consumir na China passou a ser uma nova tendência e hábito dos nossos residentes, sendo inevitáveis os prejuízos para o mercado local. O sector da restauração e da venda a retalho são os primeiros a ser afectados, no entanto, nem sempre é fácil concretizar a ideia de que "a pobreza é a única solução para a mudança". Face às constantes mudanças no Interior da China, a vantagem dos preços baixos, melhores instalações complementares de trânsito e o apoio de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

avultados capitais, as micro e as pequenas e médias empresas locais dificilmente conseguem competir e enfrentar os desafios.

Além disso, o surgimento das plataformas de “takeaway” provocou mudanças no mercado da restauração, nas quais muitos operadores participaram e às quais se adaptaram, no entanto, os resultados não correspondem aos previstos, antes pelo contrário, devido à falta de fiscalização, o regime de comissões das plataformas de “takeaway” deixam os estabelecimentos comerciais sem fôlego, e estes, para sobreviverem, mesmo perante situações difíceis, sem lucros ou até em défice, são obrigados a participar naquelas plataformas.

Olhando para o Interior da China, há alguns anos, o Governo procedeu à fiscalização e à regulamentação das plataformas de “takeaway” através da “Lei anti-monopólio” e das respectivas políticas, para evitar situações injustas de monopólio e proteger os legítimos direitos e interesses dos comerciantes e consumidores. Quanto ao funcionamento do sector da restauração, Macau dispõe duma grande quantidade de diplomas legais que fiscalizam as actividades do sector, desde o controlo fronteiriço dos produtos alimentares, passando pelo licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas, higiene, segurança contra incêndios, obras, e drenagem de águas residuais, até às caixas para entrega de comida dos motociclos. No entanto, as plataformas de “takeaway”, que afectam a vida dos lojistas, não estão sujeitas a qualquer restrição e fiscalização, e, ao longo de todos estes anos, os seus trabalhadores não têm sido legalmente protegidos.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. Nos termos da “Lei anti-monopólio”, os serviços competentes do Interior da China exigem às plataformas o aperfeiçoamento do mecanismo de cobrança de comissões e as regras dos algoritmos, e a entrega, durante três anos consecutivos, dum relatório de auto-verificação, com vista a assegurar o desenvolvimento saudável e sustentável do mercado. O Governo vai tomar como referência e seguir as políticas do Interior da China? Vai rever, oportunamente, a “Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor”, ou elaborar uma lei anti-monopólio para as plataformas de “takeaway”, a fim de salvaguardar os legítimos interesses dos operadores do sector da restauração? Vai reforçar a protecção dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores que se dedicam ao “takeaway”?
2. As plataformas de “takeaway” estão interligadas com o sector da restauração, e este depende da promoção e divulgação para aumentar a sua visibilidade. No entanto, as despesas administrativas são elevadas, o que só dificulta ainda mais a vida do sector, e este só pode baixar a qualidade dos produtos alimentares ou então transferir os custos para os consumidores, criando-se assim um círculo vicioso. Face às actuais dificuldades do sector da restauração, o Governo vai implementar planos de apoio financeiro para o apoiar na redução dos custos com a publicidade?
3. Para resolver ou aliviar as actuais dificuldades do sector da restauração, o Governo e os serviços competentes vão lançar algum plano financeiro de apoio à publicidade nos meios de comunicação social locais? Podem, por exemplo, colaborar com o sector da comunicação social local, com os meios



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de comunicação social, empresas, etc., na produção de publicidade, através de jornais, revistas e outros meios de divulgação e promoção, para apoiar a sobrevivência do sector da restauração, e beneficiar e promover o desenvolvimento de outros sectores locais. Vão fazê-lo?

05 de Abril de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lo Choi In**